

## **OLIVO, Luis Carlos Cancellier de. *Direito e Internet: A Regulamentação do Ciberespaço.* Florianópolis, Editora da UFSC-CIASC, 1.998**

O livro que nos apresenta *Luis Carlos Cancellier de Olivo*, “**Direito e internet: regulamentação do ciberespaço**” é uma fotografia do momento atual, pois propõe uma ampla discussão sobre assuntos que estão na ordem do dia e para os quais a justiça e o mundo acadêmico devem necessariamente voltar sua atenção, sob pena de ignorarem uma real sociedade *virtual* na qual pode-se presenciar os mais variados fenômenos caracterizadores das relações jurídicas..

Apresentado pelo Prof. *Luiz Adolfo Olsen da Veiga*, e prefaciado por *José Henrique de Souza Damiani*, ambos da Universidade Federal de Santa Catarina, a obra aborda dois aspectos que merecem ser destacados nesta obra: o que diz respeito à aplicação da lei aos casos concretos com os quais os operadores do direito começam a se defrontar, tendo em vista a massificação da rede de computadores internet e, em paralelo, a utilização dos modernos meios de comunicação como instrumentos de agilização da justiça, aproximando-a cada vez mais dos cidadãos, objeto principal da prestação jurisdicional.

Partindo da premissa verdadeira de que a sociedade, e em especial a comunidade jurídica, acompanha com vivo interesse o debate sobre a regulamentação da “rede”, o autor adverte que diariamente a imprensa veicula informações sobre práticas anti-jurídicas situadas na seara do espaço digital, tais como pedofilia, jogos de azar, fraudes em transações comerciais ou ofensa à honra e à moral. Quando aborda o assunto ele destaca um capítulo próprio, denominado *Considerações Sobre os Tipos Penais* e inaugurado por uma classificação dos chamados crimes da internet, no qual aborda, com leve aprofundamento, a exploração de menores e o comércio na rede.

Após deter-se no controle constitucional à infração legal praticada via *rede*, abordando a censura, privacidade, direito autoral e a interceptação telefônica, a obra indica a existência de vozes que se levantam em favor da criação de leis específicas para a internet, e adverte que, ao mesmo tempo, correntes expressivas argumentam com base nos dispositivos constitucionais de proteção à liberdade de manifestação e expressão, contra toda e qualquer forma de interferência estatal nesta realidade virtual. Lembra que há ainda os que, intermediariamente, apontam para soluções técnicas, ou que levem em conta a autoregulamentação das relações entre usuários e provedoras de acesso à internet, como forma de mediar os conflitos emergentes.

Percebe-se por este breve apanhado, quão complexo é o tema abordado na obra mencionada. Isso porque o autor reserva para capítulos distintos o assunto pertinente aos procedimentos e atos processuais e a apreciação de casos concretos.

Creemos que o mérito da iniciativa do autor é justamente apresentar, de maneira didática, a multiplicidade de visões sobre o assunto para que o leitor possa, em primeiro lugar, situar-se nesta nova realidade e posteriormente, formar seu juízo de valor.

A obra, que foi patrocinada e publicada pela *Editora UFSC e do CIASC*, pode até pecar pela superficialidade e pouco tecnicismo, porém possui o inexorável mérito de tratar, de forma sistematizada, assunto tão novo quanto desconhecido. Tanto é verdade que antes de suas considerações finais, o autor nos brinda com um capítulo onde trata da regulamentação em si e aborda algumas propostas legislativas à partir de citações de regulamentações alienígenas.

Sempre sem perder o prisma constitucional, a obra, em seu final, após quase duas centenas de páginas, encerra destacando a necessidade de regulamentação do tema, e, o quão útil pode ser tal abordagem para a Justiça, uma vez que os recursos de comunicação *on line* são mais que aptos a aprimorar o processo judicial e tornar a justiça mais transparente, contribuindo desta forma para a democratização das relações sociais.

**André Luis Felício**

*Mestrando em Direito Penal pela Universidade Estadual de Maringá*